

## DAS DINÂMICAS TRANSVERSAIS ÀS MÚLTIPLAS EFETIVIDADES DAS INTERFACES SOCIOESTATAIS

### FROM TRANSVERSAL DYNAMICS TO THE MULTIPLE EFFECTIVENESS OF SOCIO-STATE INTERFACES

**Fernanda Natasha Bravo Cruz**<sup>1</sup>

**Doriana Daroit**<sup>2</sup>

#### **Resumo:**

As interfaces socioestatais (ISE) são comumente compreendidas como plataformas de realização e aperfeiçoamento democrático. Por um lado, a mera existência e funcionamento dessas instâncias tais quais conselhos, conferências ou ouvidorias não garante a viabilidade das deliberações e recomendações de seus processos internos ou resultados externos. Por outro, os documentos formais que produzem não esgotam suas capacidades de geração de incidências – em especial quando extrapolam suas fronteiras setoriais. E é nesse segundo sentido, menos observado pelos estudos sobre a efetividade das ISE, que propomos esta reflexão. Dada a multidimensionalidade dos problemas públicos tomados em conta em processos participativos, dinâmicas transversais de ação pública exigem abordagem interdisciplinar para a avaliação das múltiplas efetividades das interfaces socioestatais. A partir de inspirações da sociologia da ciência, da sociologia política da ação pública e da ciência da administração, apresentamos um marco que vincula quatro eixos (prática, instrumento, significado e contexto) a quatro dimensões (experencial, normativa, operativa e de poder), indicando vetores em interação para a constituição de resultados que extrapolam o olhar fragmentado para a administração pública e a participação política institucional. O marco proposto estimula pesquisadores a investigarem além dos escopos convencionais da avaliação de impacto de políticas públicas ou de efeitos de instituições participativas, para compreenderem as dinâmicas e os alcances de processos interacionais socioestatais voltados a pautas complexas.

Palavras-chave: dinâmicas transversais, interfaces socioestatais, múltiplas efetividades.

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília. E-mail: fernandanatasha@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade de Brasília. E-mail: dorianadaroit@gmail.com

**Abstract:**

Socio-state interfaces (ISE) are commonly understood as platforms for democratic realization and improvement. On the one hand, the mere existence and functioning of bodies such as, councils, conferences or ombudsmen does not guarantee the viability of the deliberations and recommendations in their internal processes and external results. On the other hand, the formal documents they produce do not exhaust their capacity to generate incidences – especially when they go beyond their sectoral boundaries. And it is in this second sense, less observed by studies on the effectiveness of socio-state interfaces, that we propose this study. Given the multidimensionality of public problems taken into account in participatory processes, transversal dynamics of public action require an interdisciplinary approach to assess the multiple effectiveness of socio-state interfaces. Drawing on inspiration from the sociology of science, the political sociology of public action and management sciences, we present a framework that links four axes (practice, instrument, meaning and context) to four dimensions (experiential, normative, operative and power), indicating vectors interacting to develop results that go beyond the fragmented logics of organization in public administration and institutional political participation. The proposed framework encourages researchers to investigate further than the conventional scopes of evaluating public policies impact or the effects of participatory institutions, to understand the dynamics and scope of socio-state interactional processes aimed at complex agendas.

Keywords: transversal dynamics, socio-state interfaces, multiple effectiveness.

**1. Introdução**

Em tempos de profundas incertezas políticas, econômicas e sanitárias, a discussão sobre problemas wicked (RITTEL, WEBER, 1973) retorna com fôlego à agenda de pesquisa da gestão e das políticas públicas. A exigência de realização de ações públicas complexas pelos atores institucionais, quando coerente, é trazida junto com a demanda de participação de uma comunidade que pensa, sente e age sobre as situações que vive. Nesse contexto, como avaliar as dinâmicas que atravessam tanto as fronteiras porosas entre sociedade e Estado, como também os diferentes setores temáticos e entes federativos da administração pública? Como é possível dotar de inteligibilidade as efetividades que escapam ao planejamento da ação pública, e são viabilizadas através de interações em densas redes multitoriais que lidam com questões multidimensionais?

Para responder essas questões, este artigo propõe um marco analítico que compreende que as efetividades das interfaces socioestatais e das políticas públicas elaboradas por meio delas não podem ser analisadas de acordo com etapas, tendo cada uma delas sua própria abordagem para avaliação. Ao contrário, dado que as efetividades são construídas e representadas por dimensões transversais mobilizadas na ação pública, propomos que a construção, a implementação e os resultados das políticas públicas sejam analisados e avaliados com o mesmo arcabouço.

No Brasil, lutas da sociedade civil contra o contexto autoritário gestaram, entre seus efeitos, a Constituição cidadã de 1988 e seus dispositivos incentivadores da instauração de interfaces socioestatais. Também as

eleições do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República viabilizaram a pluralização dessas plataformas. Tais espaços podem escapar às fronteiras da setorialidade e têm traços estimulantes de uma construção democrática articuladora de sentidos técnicos e políticos, operacionalizam valores em normas sociotécnicas e traçam nexos transversais entre atores vinculados à administração pública e aos movimentos sociais.

A noção de interfaces socioestatais amplia o olhar dos processos participativos de modo a considerar tanto lógicas cognoscitivas, interfaces de participação informativa da sociedade para o Estado, de informação governamental do Estado para a sociedade, de colaboração informativa entre Sociedade e Estado, como também lógicas políticas, interfaces mandatária/de democracia direta, de transferência de políticas públicas para execução da sociedade civil, de cogestão - com vinculação obrigatória das decisões (GURZA LAVALLE, ISUNZA VERA, 2012; HEVIA; ISUNZA VERA, 2010 apud LUCHMANN, 2020).

Com tal abrangência, é possível ir além das compreensões das instituições participativas já tradicionais para o Brasil como conselhos, conferências, orçamentos participativos e audiências públicas, de modo a alçar também plataformas interativas digitais (LUCHMANN, 2020), que ganharam tanta relevância pelo contexto pandêmico atual. Tais ambientes têm potencial de passarem a substituir as arenas presenciais enquanto plataformas viabilizadoras das instituições participativas nacionais (DAMACENA, 2020) - para o regozijo dos apreciadores da eficiência a la nova gestão pública e à revelia das críticas daqueles que prezam pelos encontros promotores de reflexividade e ação.

Neste amplo espectro de possibilidades dado pelas interfaces socioestatais, o conceito de efetividade ganha relevância. Se no final do século XX a administração pública tomou emprestado da administração privada noções estreitas de eficiência e eficácia, estudos mais recentes de políticas públicas e administração pública complexificam tais noções de modo a ir além do mero alcance de objetivos, que podem estar deslocados das necessidades da cidadania, ou da relação de custo/benefício entre insumo e produto. É o conceito de efetividade que assume o caráter público de uma avaliação que extrapola aspectos economicistas e decisoriais. Efetividade responderia, portanto, a como os objetivos das ações públicas alcançam a resolução, com qualidade, dos problemas públicos. Ademais, para políticas públicas efetivas, a combinação de instrumentos é condição fundamental, bem como capacidades analíticas, gestonárias e políticas que desenhem, coordenem e viabilizem os trajetos entre objetivos, recursos e formas de ação (MUKHERJEE, BALI, 2019). Assim, mais do que efetividade, é possível falar em efetividades, dado os múltiplos campos nos quais as interfaces socioestatais atuam e exercem influência.

Para além dos produtos convencionais decorrentes da atuação direta das interfaces socioestatais, como resoluções, recomendações, moções, articulações de grupos de trabalho, suas efetividades têm o potencial de atravessar as próprias fronteiras institucionais e setoriais, dado que podem produzir aprendizagens e repertórios políticos que são levados para outros espaços sociais. Nesse sentido, desenvolver um arcabouço de análise que permita identificar e analisar efetividades que deslocam-se transversalmente na esfera pública, social, política e técnica, pode contribuir para a compreensão da importância e efeitos das interfaces socioestatais na construção das dinâmicas democráticas ampliando o âmbito de avaliação das políticas públicas.

Essa percepção só é possível ao considerar, ainda, o aspecto dos valores públicos que engendram a avaliação da ação pública, que tomam em conta a normatividade e a ética que subjazem a orientação de processos públicos por seus atores (JANNUZZI, 2021). Se convencionalmente esses atores são os avaliadores e decisores, ao focalizar as interfaces socioestatais, acrescenta-se que a avaliação de efetividades pode ter sua politicidade mediada por uma diversidade de atores experts. Inclusive, vale atentar para aqueles atores cujos conhecimentos mobilizados são os de suas vivências no seio do problema público, dando vazão aos sentidos, propósitos e efeitos emergentes das redes de atores que operam o cotidiano da

implementação (OLIVEIRA, DAROIT, 2020; OLIVEIRA, 2022) e, ainda, das comunidades em seus territórios e demais coletividades engajadas em causas, diversidades de gênero, raça, classe entre outros temas concernentes à "identidade, equidade, diferença, reconhecimento e solidariedade" (LAISNER, 2019, p. 21).

Neste artigo, contextualizamos a situação da participação política na esfera federal, recuperamos a discussão da ciência política com respeito à efetividade da participação e, em seguida, apresentamos os eixos e as dimensões das dinâmicas transversais das interfaces socioestatais enquanto marco analítico profícuo para compreender suas efetividades.

Compreendemos por dinâmicas interacionais transversais aquelas relações multitoriais que lidam com questões complexas e que extrapolam a dimensão setorial devido à temática, ao propósito, à estratégia, ao interlocutor ou ao instrumento mobilizado (CRUZ, DAROIT, 2017). Assim, nos voltamos a dinâmicas transversais socioestatais emblemáticas à orientação da ação pública nacional e aos seus reveses em tempos de crise.

Em 2014, o Decreto 8.243 traria os contornos de um Sistema Nacional de Participação Social. Entretanto, naquele mesmo ano, o decreto foi sustado: a Câmara dos Deputados não reconheceu a legitimidade do executivo para viabilizar tal dispositivo legal para descrever as políticas de participação social que já estavam em curso. A negativa do poder legislativo enunciava a crise política instaurada no Estado brasileiro. Experiências como o Fórum Dialoga Brasil – Interconselhos (CRUZ, 2020), voltado a orientações e monitoramento de planos plurianuais entre 2011 e 2017, tal como outros espaços de interação entre sociedade e Estado, foram reorientados pelos atores estatais para a defesa de processos democráticos e inclusivos.

Mais ainda, o Decreto n. 9.759/2019 e sua reverberação de referenciais autocráticos, ao extinguir colegiados da administração pública federal, corrobora para compreender aquilo que está destacado como a dimensão de poder destacada no marco analítico proposto para avaliar ações públicas transversais. Por meio da observação dos deslocamentos realizados pelos atores sociais após a extinção dos colegiados para a apropriação de outros espaços de construção democrática, entendemos que as instituições participativas não têm sua efetividade limitada à sua produção normativa ou influência direta sobre as políticas públicas, mas que são capazes de promover outras dinâmicas baseadas nas experiências dos atores e no processo de aprendizagem decorrentes, em parte, da participação em instâncias participativas oficiais.

Em reflexões anteriores, o propósito das autoras esteve em descrever e sistematizar práticas e instrumentos de ação pública transversal e participativa. Desta vez, é trazida esta abordagem concernente às efetividades possíveis, em seus sentidos plurais de articulação e produção de resultados, visando contribuir para a discussão da avaliação das políticas públicas e das dinâmicas participativas de realização da ação pública.

Várias experiências participativas vinculadas ao poder executivo federal foram fragilizadas pela ruptura institucional da democracia representativa em 2016. Desde então, porta-vozes conselhistas da sociedade civil, diversas vezes, preteriram repertórios interativos de articulação com atores governamentais (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014) para preferirem viabilizar estratégias de ação coletiva de resistência e denúncia ao novo projeto imposto, que rompeu com o programa eleito e com o Plano Plurianual estabelecido.

O olhar dos atores governamentais para a interface, interpretando-a como locus da defesa da legitimidade da democracia, ajuda a desvendar uma noção não-convencional para efetividade: se a tomamos enquanto resultado, efeito e consequência de interações na ação pública (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012), não necessariamente estamos falando em impactos materiais, mensuráveis em avaliações ex post da implementação de iniciativas governamentais. Defendemos aqui que é possível subverter aos desígnios da análise da performance, do desempenho, do atingimento de metas do (not so) new public management para

alçar a verificação da efetividade das interfaces participativas, inclusive, pelo reconhecimento de aportes à construção democrática e aos valores e sentidos que determinam seus contornos.

É assim que destacamos as possibilidades de estabelecimento de novas redes que não estão restritas aos laços convencionais setoriais, identitários ou institucionais; e que representam a constituição de novas estratégias de produção de diálogo e sentido; e de novos dispositivos e referenciais para a ação pública. As instituições participativas conformam pontos de acesso da cidadania ao Estado, e permitem não somente a reverberação das demandas cidadãs como também possibilidades de aprendizagem e hibridação de referenciais de ação pública.

Nessas construções coletivas, constam as visões de mundo da cidadania, os escapes das iniciativas oriundas de instituições participativas para lugares menos formais e menos institucionalizados, as possibilidades de lidar com temas emergentes (e emergenciais) e revisitar os objetivos estabelecidos, contextualizados pelos aspectos situacionais, como são as incertezas das concertações políticas convencionais, que reverberam nas (e são reverberadas pelas) práticas e arranjos participativo-deliberativos (para usar a expressão de Fung e Cohen (2007)).

## **2. Debate atual sobre efetividade da participação**

Pires et al (2011) sintetizam estudo de fôlego sobre a efetividade das instituições participativas (IPs) e apresentam que os resultados das IPs são multidimensionais e podem configurar “impactos associados ao acesso e à qualidade dos bens, serviços e políticas públicas produzidos a partir da esfera do Estado (...) [ou] outro padrão que coteja os resultados e impactos das IPs sobre a organização da sociedade, as relações políticas e de poder, as práticas e atuação da sociedade civil e dos gestores públicos” (2011, p. 352), não havendo consenso na literatura sobre como efetuar a medição da efetividade. Nessa obra, Coelho (2011) compartilhou sua pesquisa com conselhos locais de saúde de São Paulo e distinguiu quatro dimensões: inclusão, participação, debates e conexões, de modo a agrupar as variáveis de um conjunto de indicadores que avalia e compara os fatores relevantes para o êxito dos conselhos.

No mesmo ensejo, Wampler (2011a) compreendeu três tipos de resultados possíveis para as IPs: geração de bem-estar social, observando a vinculação entre a presença de IPs e determinado aspecto de bem-estar; qualidade da deliberação e da representação nos debates, forjando novos elos entre atores diversos inclusive em ambientes externos às IPs; decisões governamentais sobre políticas públicas, de modo indireto, considerando possibilidades limitadas de formulação e a fiscalização de políticas e serviços. Esse autor percebe as instituições participativas como “enxertos na estrutura do Estado e da democracia representativa” (WAMPLER, 2011, p. 151), mediando interesses de atores diversos em três dimensões: da atuação das organizações da sociedade civil no setor; do sistema de conselhos envolvido (horizontal e verticalmente); e dos interesses políticos dos atores governamentais no contexto do ambiente político mais amplo.

Sandro Silva também reconhece as instituições participativas (ou, como o autor prefere, instituições de deliberação participativa) enquanto parte incremental do processo político decisório, sem ampla capacidade de mudança nas dinâmicas políticas estatais, restando em um “meio da escala decisória” (SILVA, 2018, p. 29).

Por sua vez, Carla Almeida, Euzeneia Carlos e Rafael Silva (2016) distinguem, com Avritzer (2011), entre estudos de efetividade de instituições participativas, voltados a mensurar os impactos da participação na

qualidade das políticas, bens e serviços públicos por meio de ferramentas mais correntes em pesquisas de avaliação de políticas públicas articuladas à abordagens deliberacionistas, e estudos de efetividade deliberativa, que voltam-se à qualidade do processo deliberativo, suas dinâmicas e condicionantes. Almeida, Carlos e Silva agregam os dois grupos de estudos à efetividade da participação, e alinham-se à abordagem deliberativa. Um aporte desses autores está na apresentação de um Índice de Efetividade da Participação (IEP), com variáveis concernentes à institucionalização (observando dispositivos normativos, fundação, estrutura organizacional), à deliberação (observando a frequência de reuniões, planejamento, modalidades de incidência governamental) e à representação (observando a prestação de contas, a publicização de atividades, os laços da instância com a sociedade e modos de eleição de participantes societais).

Entretanto, em pesquisa mais recente, Fernanda Vick e Adrian Gurza Lavalle (2020), investigaram as influências da Conferência Nacional de Educação sobre o Plano Nacional de Educação e argumentaram que a efetividade de instituições participativas na geração de projetos de lei e produções legislativas pode responder especialmente a mediações de processos políticos convencionais. Mereceriam, portanto, atenção as capacidades de atores-chave articularem os seguintes mecanismos políticos: aliados temáticos, expertise técnica e procedimental, encaixe institucional e informação oportunizada.

Esses aportes suscitam reflexão sobre os processos participativos nacionais contemporâneos que, se carecem de ampla capacidade de influência política no poder executivo, permanecem vivos e relevantes plataformas de processos sociais articulatórios de solidariedade e de disputas políticas.

A literatura indica que a efetividade da participação envolve tanto aspectos internos, os quais referem-se ao seu funcionamento, debates, normas, representatividade, quanto a aspectos externos que correspondem à implementação das decisões pelo Estado e seus efeitos (AVRITZER, 2011). Para além das dificuldades de avaliação dos seus efeitos, como expresso por Gurza Lavalle (2011), é importante que não se desvinculem estes dois momentos: o da deliberação e funcionamento internos e os resultados obtidos com a implementação das decisões.

Embora situados em espaços diversos - interno e externo à instituição de deliberação participativa, seus processos são interdependentes, afetando-se mutuamente. Neste sentido, cabe discutir uma proposta que mantenha esta vinculação e seja capaz de descrever a dinâmica que envolve a realização das políticas públicas.

### **3. Transversalidade como conceito, prática, instrumento e resultado que articula interfaces socioestatais**

As noções de efetividades propostas pelos autores da ciência política são frutíferas para reconhecer os contornos, propósitos e transbordamentos das interfaces formais de encontros entre representantes da sociedade e do Estado. Com intenção interdisciplinar, desta seção em diante, nossos aportes passam a aproximar o olhar para a efetividade da participação a abordagens da sociologia da ação pública (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012; HALPERN; LASCOUMES; LE GALÈS, 2014; MULLER, 2018), da administração (HATCHUEL, 2005; BRUGUÉ; CANAL; PAYA, 2015; DAROIT, 2007; MUKHERJEE, BALI, 2019) e da sociologia da ciência (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2009; LATOUR 2005, 2006, 2012). Partindo desses pontos, designamos fluxos de dinâmicas transversais enquanto aspectos propulsores dessas interfaces. Com inspiração latouriana, observamos as associações em movimento e suas traduções no contexto de incerteza para dar conta da (re)produção das ações coletivas, sejam elas de caráter efêmero ou perene.

A sociologia da ação pública tem como foco a análise das políticas públicas a partir de seus instrumentos. Embora os instrumentos de ação pública tenham sido tratados por outros autores como instrumentos de governo (LINDERS, PETERS, 1989), ferramentas de governo (HOOD, 1983; HOOD, MARGETTS, 2007), ferramentas de ação governamental (SALAMON, LUND, 1989) ainda na década de 1980 e ganhado relevância com o new public management, especialmente na década de 1990, foi nos anos 2000 que os estudos sobre instrumentos no âmbito do Estado, governo e políticas públicas foram retomados sob uma nova perspectiva. Coube a Armand Hatchuel retomar o relacionamento dos instrumentos com a abordagem de poder foucaultiana, a qual fundamenta os instrumentos numa epistemologia da ação que organiza a reflexividade coletiva sobre os dispositivos de ação coletiva no campo da administração (HATCHUEL et al, 2005).

Também com inspiração foucaultiana, Lascoumes e Le Galès (2004) definem instrumentação da ação pública como “o conjunto dos problemas postos pela escolha e usos das ferramentas (das técnicas, dos meios de operar, dos dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental” (LASCOUMES, LE GALÈS, 2004, p. 12, tradução das autoras). A instrumentação, além de problematizar os métodos de governo, torna-se, ela mesma, problema a ser investigado considerando seu caráter político, como indicado pela abordagem foucaultiana. Nesse sentido, a questão do contexto político e, portanto, de poder no qual a instrumentação ocorre é um elemento central para a compreensão das escolhas e usos dos instrumentos, uma vez que a disputa política envolve os métodos de ação do governo em suas relações com a sociedade.

Para os mesmos autores, o instrumento de ação pública “constitui um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e dos significados dos quais é portador” (LASCOUMES, LE GALÈS, 2004, p. 13, tradução das autoras). Além das escolhas políticas em contextos de disputa de poderes, os instrumentos envolvem escolhas técnicas, as quais são limitadas pelas possibilidades colocadas pelas normas que orientam a relação Estado-sociedade, bem como pelos sentidos atribuídos pela sociedade aos problemas a serem endereçados pelos instrumentos.

A ação estatal é limitada pelo arcabouço normativo que acaba por delimitar o campo de atuação dos instrumentos. São recorrentes os estudos que abordam a burocracia estatal como empecilho à realização plena das políticas públicas, seja no seu caráter constitutivo, quanto operacional. São igualmente recorrentes os estudos que abordam a necessidade de atuação da burocracia estatal para a solução dos problemas públicos. Observa-se, portanto, que a estrutura normativa estatal, bem como sua organização administrativa são questões relevantes na delimitação dos instrumentos que colocam em relação Estado-sociedade. Uma vez o instrumento elaborado, o mesmo passa a congrega materialmente um arcabouço normativo muitas vezes oriundo de diferentes estruturas e níveis estatais.

Porém, os instrumentos, segundo Lascoumes e Le Galès (2004), também apresentam um caráter técnico. O caráter técnico do instrumento trata das questões ligadas à resolução dos problemas, alcance dos objetivos, economia de recursos, viabilidade de implementação e uso, ou seja, possui funções que visam tornar eficiente e efetiva a administração estatal. Nesse sentido, os instrumentos podem ser entendidos como tipos específicos de tecnologias, dado que sua especificidade provém tanto do campo no qual são aplicados - relações Estado-sociedade - quanto do fato de terem por base uma concepção de regulação. Tecnologias podem ser entendidas como “nexus de premissas, mitos racionais, sistemas de crenças, hipóteses e limites materiais os quais derivam de forças institucionais mais amplas, intervêm na construção de padrões de ação e abrem novas possibilidades de desempenho e invenções” (LABATUT, AGGERI, GIRARD, 2012, p. 43). Com as contribuições de Labatut, Aggeri e Girard (2012), Law (2002), Callon, Lascoumes e Barthe (2009), e Latour (2005, 2006, 2012), é possível assumir que as tecnologias e os instrumentos de ação pública, apresentam aspectos materiais ligados às suas funções, mas também

aspectos imateriais, associados aos significados coletivamente (e politicamente) construídos pelos atores que as criam e utilizam. Sendo assim, os instrumentos tanto apresentam um caráter técnico, quanto político em sua concepção, estando distantes da pretensa neutralidade muitas vezes ressaltada nas avaliações de políticas públicas.

O aspecto coletivo da instrumentação e construção de instrumentos de ação pública, que envolve interações de múltiplos atores, apresenta ainda outros aspectos não ligados à sua normatividade ou funções. Estes aspectos podem ser representados pelas práticas dos atores, ou seja, pelas performances que eles desempenham em suas interações. Segundo Law (2011), diferentes realidades são encenadas pelos atores em diferentes práticas, as quais estão imersas em relações de poder dadas pelo contexto das interações.

Embora práticas sejam entendidas, com Hatchuel (2005) e Andrade (2011), como contingentes ao contexto e à interação entre os atores heterogêneos envolvidos os quais também interagem com instrumentos e normas), os significados atribuídos pelos atores às suas práticas incluem a dimensão histórica da análise - ou como apontam Gussi e Oliveira (2016), a trajetória - dado que significados também são culturalmente construídos (e dependem de um quadro social e institucional mais amplo).

Como as interfaces socioestatais participativas têm como um dos objetivos promover a democratização no sentido amplo dos processos de realização das políticas públicas, a dinâmica de instrumentação da ação pública passa a envolver múltiplos atores que conformam os instrumentos em perspectivas que não, necessariamente, seguem padrões hierárquicos, burocráticos ou setoriais. Nesse sentido, as fronteiras delimitadas pela estrutura e atuação estatais começam a ser questionadas e transpostas, visando promover maior capilaridade de ação e de resultados para as políticas públicas, bem como buscar maior efetividade para seus processos de construção, implementação e resultados. É neste contexto que se situa o debate sobre transversalidade da ação pública.

O debate sobre transversalidade vem ganhando relevância junto com a compreensão que a abordagem setorializada das políticas públicas e a hierarquização burocrática do Estado não são capazes de responder aos problemas públicos e demandas sociais contemporâneas, caracterizados pela multidimensionalidade e complexidade. Em trabalhos anteriores (CRUZ, 2020; DAROIT, CRUZ, 2019; CRUZ, DAROIT, 2017a; CRUZ, DAROIT, 2017b; CRUZ, DAROIT, LAISNER, BORGES, 2020), as autoras apresentam a gênese do conceito e sua relação com intersectorialidade e dinâmicas participativas.

Nesses estudos, a transversalidade é tratada não apenas como um eixo articulador em termos de gestão de políticas públicas ou compartilhamento de ideias e diretrizes entre diferentes setores e entes federativos, mas também como um arcabouço organizativo que congrega elementos para a ação pública e promoção de transformações sociais por meio de dinâmicas inovativas nas relações Estado-sociedade.

Com Callon, Lascoumes e Barthe (2009), as autoras referiram-se às instituições participativas enquanto fóruns híbridos atuantes em contextos de incerteza, que exigem conhecimentos plurais instrumentos dialógicos, intensos, abertos e de qualidade. Ao avaliá-los, os elementos de análise seriam: (1) a consideração de pontos de vista de diferentes atores (diversidade e independência de grupos); (2) a capacidade dos atores de confirmarem que seus pontos de vista foram considerados no processo de trabalho (transparência e traceabilidade); (3) o estabelecimento de relações de confiança (repetição de interações, continuidade da expressão dos pontos de vista, clareza de regras de organização). A dialogicidade é a chave de análise dos instrumentos dos fóruns híbridos: quanto maior o encorajamento de trocas e debates, a qualidade, a intensidade e a abertura à diversidade, maior a dialogicidade. Essa abordagem aproxima-se da noção de efetividade deliberativa, e a amplia por priorizar justamente a consideração da diversidade, da hibridação e da ação em contextos de incerteza.

Neste sentido, faz-se necessário o registro de que a compreensão da efetividade de uma interface socioestatal não passa somente por conhecer a percepção dos atores direta ou indiretamente envolvidos,

mas também por investigar as ações desenvolvidas pelos mesmos a partir da experiência participativa que materializa-se em novas práticas, novos instrumentos e novos significados.

Daroit e Cruz (2019) apresentam uma proposta de arcabouço analítico para a ação pública transversal composta por quatro eixos e quatro dimensões. Os eixos correspondem às práticas, aos instrumentos, aos significados e aos contextos em que a ação pública ocorre. As práticas representam as interações “performadas” pelos atores em rotinas e eventos, enquanto engajados na produção de artefatos, mobilizam relações e conhecimento na ação coletiva (HATCHUEL, 2005). As práticas permitem a mobilização de estratégias, valores e projetos em processos dialógicos multiatoriais, viabilizando a efetividade de políticas públicas.

Os instrumentos correspondem à materialização da ação em artefatos, métodos e normas sociotécnicas que permitem o ordenamento das práticas, sentidos e relações de poder de modo a promover uma estrutura que dê suporte a efetividades das políticas públicas. Representam abordagens únicas e localizadas para resolver problemas complexos, sendo caminhos de solução que foram mobilizados com a expectativa de determinados resultados. Segundo Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021, 2014; Lascoumes, Le Galès, 2012; 2004), os instrumentos são mediadores que não são neutros e apresentam tanto caráter técnico quanto político.

O eixo de significados refere-se aos referenciais cognitivos (MULLER, 2018). Referenciais são traduzidos como significados, pois ambos mobilizam valores, imagens, algoritmos e normas sociotécnicas. Nos processos participativos, emergem referenciais híbridos que compõe significados transversais, os quais influenciam as práticas, os instrumentos e o contexto em que se dá a ação pública (CRUZ, 2020).

Por fim, o eixo contexto corresponde aos espaços e tempos específicos nos quais as interações multiatoriais ocorrem. Refere-se à perspectiva situada dos atores em disputa nos processos participativos, moldando “espaços-entre”, somente possíveis em um campo de diferenças cuja síntese ocorre pelo transporte e interação de significados (SERRES, 1999), práticas e instrumentos.

Os eixos indicam grandes áreas de atenção para a avaliação das dinâmicas internas às instituições de deliberação participativa. Sua importância também reside no fato de que por eles circulam dimensões que materializam a ação pública e promovem o relacionamento entre os atores envolvidos e os resultados dessas dinâmicas.

A dimensão operativa associa-se mais fortemente ao eixo das práticas e reflete aspectos relacionados à gestão das dinâmicas interacionais - sua coordenação, integração e controle para a obtenção dos resultados esperados. Essa dimensão refere-se à artefaturalização, não se tratando de mero fenômeno natural ou tradicional, mas sim daquilo que é feito na ação coletiva. Mais além, toma em conta a organização enquanto técnica, atividade e classe de ações, bem como identifica a relevância e a especificidade de atores coletivos organizacionais, com suas historicidades, modelos de aprendizagem, produção de conhecimento e ação (HATCHUEL, 2008).

A dimensão normativa apresenta um caráter fortemente prescritivo relacionado à normatização das ações e seus limites orçamentários. Busca definir o comportamento presente e futuro dos atores. No entanto, como normas e leis estão sujeitas à interpretação e produção de novos significados, bem como a diferentes usos, acabam por contribuir para a geração de resultados imprevistos. As normas constituem um tipo específico de instrumento de ação pública (BORRAZ, 2004, p. 123-125). Elas são portadoras de uma forma concretizada de saber sobre o poder social, produzindo efeitos específicos, independente daqueles buscados por seus autores. As normas exprimem as características das relações de força entre os atores e possuem simultaneamente uma racionalidade democrática, dada sua fundação em processos de negociação, e uma racionalidade técnica e científica, capaz até mesmo de neutralizar seu componente político originário. Nesse sentido, importa percebê-las como sociotécnicas, ao mesmo tempo estabelecidas

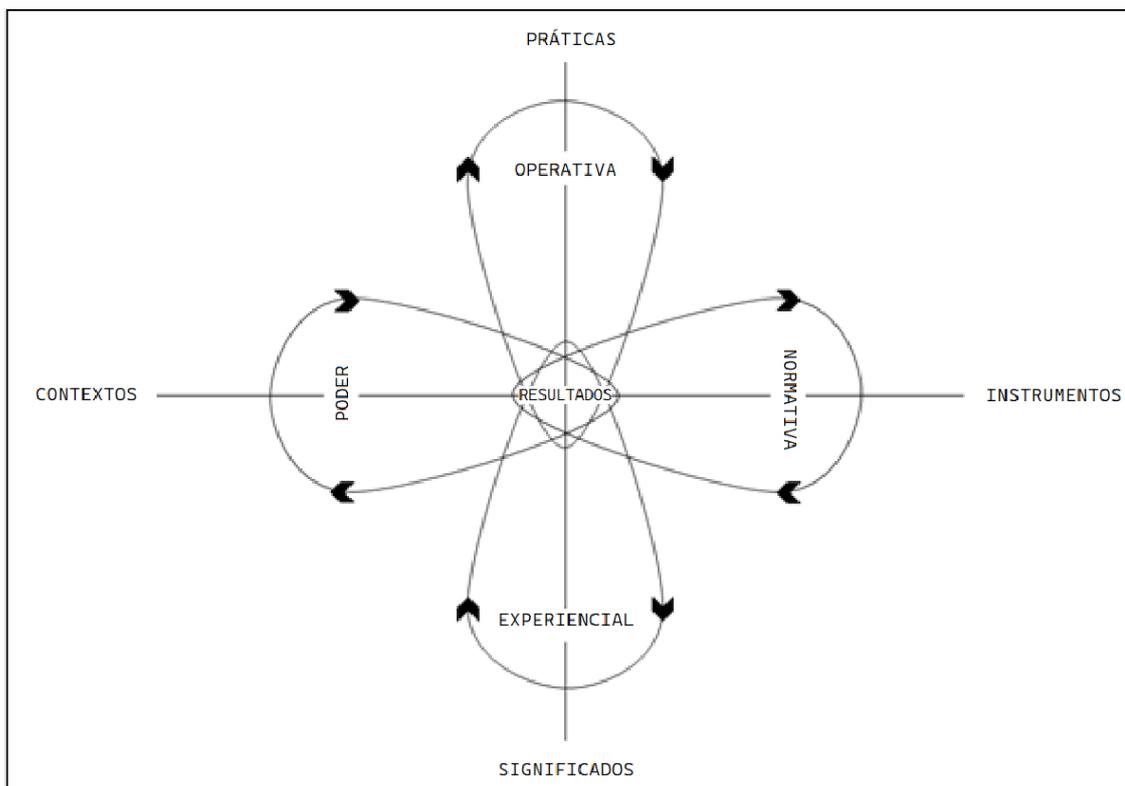
por meio de interações sociais e fundamentadas por saberes e processos técnicos (CALLON, LASCOUMES, BARTHE, 2009).

A dimensão experiencial traz como elemento para a efetividade dos processos deliberativos e seus resultados, as identidades dos atores e suas trajetórias, sendo temporalmente e espacialmente ancorada, e contribuindo com a construção de práticas e instrumentos (e sendo por eles construída). Com Cefai (2017), é possível apreender que as experiências possuem sentidos afetivo e estético, que dão acesso ao mundo; orientação prática, ao reconhecer o real, aumentando a capacidade de ação e submetendo as pessoas à realidade; e é, ainda, uma troca interacional, por meio de processos de cooperação e comunicação. Acrescenta-se a reflexão da interseccionalidade, que apresenta gênero, raça e classe enquanto marcadores sobrepostos de corpos submetidos a distintos padrões de inclusão e exclusão (CRENSHAW, 1991), que o eixo dos significados é especialmente relevante à dimensão experiencial, uma vez que é possível reinscrever possibilidades de implicação na geração de resultados e sentidos de identidade ao estabelecer, no lado oprimido da diferença interseccional, dinâmicas de solidariedades e coalizões flexíveis (COLLINS, 2019).

A dimensão poder possui um aspecto fortemente contextual e relacional, influenciando diretamente as práticas, instrumentos e significados estabelecidos. Refere-se à capacidade de produção de resultados pela mobilização de atores, recursos e conhecimentos em contextos hierarquizados ou com maior grau de dialogicidade. A noção foucaultiana de governamentalidade permite compreender a lógica de poder à qual nos referimos, ao defini-lo enquanto ação que se dispõe por meio de instrumentos, táticas, aparelhos e saberes (FOUCAULT, 2008). Essa lógica aponta para um agir que condiciona outras ações, um agir de governo, que se conforma considerando redes de relações contínuas e múltiplas entre população, território e riqueza. Assim, importa ressaltar, com Latour (2020), que o poder não apenas proíbe como também permite e, novamente com inspiração foucaultiana, que a governamentalidade é “uma forma de poder que não podemos mais denunciar porque ela se tornou a norma, a razão, o saber, em resumo, a via reta. O poder foi naturalizado. Ele se exerce de maneira tão indiscutível quanto às leis da natureza”.

Ao levar em conta os referidos eixos e dimensões, vincula-se a análise à avaliação, de modo a alçar a compreensão dos atravessamentos e transbordamentos de ambientes e processos complexos, nos quais atores não obedecem limites pré-concebidos para suas dinâmicas interacionais.

Figura 1: Marco analítico dos eixos e dimensões da ação pública transversal



Fonte: Daroit e Cruz (2019)

O arcabouço indica que as dimensões circulam e promovem as interações entre os eixos, gerando a dinâmica inerente aos processos participativos situados nos espaços-tempos das instituições participativas. A configuração assumida por eixos e dimensões nessas dinâmicas, além de exprimirem os resultados internos sobre a efetividade, permitindo a qualificação da deliberação participativa, também tem reflexos sobre os resultados promovidos na sociedade.

No que tange às interfaces socioestatais, dinâmicas internas e externas estão articuladas e moldam a efetividade das instituições participativas, podendo ser analisadas por meio da transversalidade constituinte da ação pública em seus processos interacionais de produção de deliberações e de resultados, que não obedecem às fronteiras específicas forjadas pelo Estado e a administração pública em seus setores temáticos, divisão de poderes ou esferas federativas.

Ao integrar processos e resultados em uma dinâmica interacional composta pelos eixos de práticas, instrumentos, contextos e significados, e pelas dimensões operativa, normativa, de experiência e poder, mais do que relações de causa e efeito (GURZA LAVALLE, 2011), buscam-se associações e traduções entre atores que permitam traçar os caminhos da efetividade. Assim, uma estratégia investigativa para a efetividade das políticas públicas, pode ser construída a partir de abordagens de redes. Entre elas, a Teoria Ator-Rede (CALLON, LASCOURMES, BARTHE, 2009; LATOUR, 2005, 2006) traz como contribuição a possibilidade de seguir os atores em suas associações - portanto, em processos e resultados das interfaces socioestatais, bem como coloca no mesmo nível de importância atores humanos e não humanos - como instrumentos, normas, conceitos, permitindo investigar as ações dos atores e a materialização das mesmas em inovações democráticas e transformações sociais. Não se trata de retirar o lugar dos estudos comparativos para compreensão da efetividade das instituições participativas (COELHO, 2011), nem das

análises das relações de causa e efeito (GURZA LAVALLE, 2011), mas de compreender as lógicas de associações e traduções capazes de promover efetividade.

Fonte: Daroit e Cruz (2019)

O arcabouço indica que as dimensões circulam e promovem as interações entre os eixos, gerando a dinâmica inerente aos processos participativos situados nos espaços-tempos das instituições participativas. A configuração assumida por eixos e dimensões nessas dinâmicas, além de exprimirem os resultados internos sobre a efetividade, permitindo a qualificação da deliberação participativa, também tem reflexos sobre os resultados promovidos na sociedade.

No que tange às interfaces socioestatais, dinâmicas internas e externas estão articuladas e moldam a efetividade das instituições participativas, podendo ser analisadas por meio da transversalidade constituinte da ação pública em seus processos interacionais de produção de deliberações e de resultados, que não obedecem às fronteiras específicas forjadas pelo Estado e a administração pública em seus setores temáticos, divisão de poderes ou esferas federativas.

Ao integrar processos e resultados em uma dinâmica interacional composta pelos eixos de práticas, instrumentos, contextos e significados, e pelas dimensões operativa, normativa, de experiência e poder, mais do que relações de causa e efeito (GURZA LAVALLE, 2011), buscam-se associações e traduções entre atores que permitam traçar os caminhos da efetividade. Assim, uma estratégia investigativa para a efetividade das políticas públicas, pode ser construída a partir de abordagens de redes. Entre elas, a Teoria Ator-Rede (CALLON, LASCOURMES, BARTHE, 2009; LATOUR, 2005, 2006) traz como contribuição a possibilidade de seguir os atores em suas associações - portanto, em processos e resultados das interfaces socioestatais, bem como coloca no mesmo nível de importância atores humanos e não humanos - como instrumentos, normas, conceitos, permitindo investigar as ações dos atores e a materialização das mesmas em inovações democráticas e transformações sociais. Não se trata de retirar o lugar dos estudos comparativos para compreensão da efetividade das instituições participativas (COELHO, 2011), nem das análises das relações de causa e efeito (GURZA LAVALLE, 2011), mas de compreender as lógicas de associações e traduções capazes de promover efetividade.

## **Considerações finais**

Os eixos e dimensões da transversalidade tornam-se focos de análise da efetividade interna e externa e situam-se para além da percepção dos atores, incluindo as ações que geram e resultam essa(s) efetividade(s). Nesse sentido, os elementos destacados no marco analítico permitem orientar o olhar de quem avalia para as possibilidades da ação pública que conta com fóruns híbridos para seu estabelecimento, considerando os extrapolamentos ao que é preconizado enquanto possibilidade institucional. Isso fica explícito ao estudarmos processos participativos de ação pública nos âmbitos da segurança alimentar e nutricional, saúde, direitos humanos, assistência social ou educação (RODRIGUES, 2020; DAROIT, CRUZ, 2019; CRUZ et al, 2019).

Importa reconhecer que a possibilidade de produção de efeitos de uma interface socioestatal refere-se a capacidades que nem sempre correspondem a impactos diretos nas políticas e serviços públicos. Em geral,

as interfaces do tipo instituição participativa artefatuam instrumentos, interações e discursos: produzem relatórios, resoluções, laços entre atores, moções que expressam propósitos (CRUZ, DAROIT, 2017a, 2017b; CRUZ, 2020). A desejada produção de efeitos mais densos para a população a partir de determinações conselhistas, por exemplo, vai corresponder muitas vezes ao contexto político e ao senso de responsabilidade dos atores governamentais (e ao respeito destes às capacidades institucionalizadas das instâncias participativas) com relação às interfaces e aos porta-vozes societais.

Também por isso interessa tomar em conta a possibilidade de produção de sentido, de referenciais para a disputa por hegemonia: nesse campo, pode haver menor subordinação dos representantes societais aos estatais, e certa capacidade de autonomia e de exercício de estratégias de protagonismo pela sociedade civil com potencial de reorientação dos referenciais cognitivos mais abrangentes. A sobrevivência desses espaços e a reavivação dos repertórios de conflito também trazem pistas interessantes de um certo fôlego democrático e de mudanças de praxis que merecerão ser estudadas em mais interfaces por esta agenda de pesquisa, justamente para verificação de suas consequências.

#### Referências:

ABERS, R., SERAFIM, R., TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Carla; CARLOS, Euzeneia; SILVA, Rafael. Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. *Revista Opinião Pública*, v. 22, n. 2, 2016.

ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 649-680, Dec. 2017.

ALVES, Larissa C.; CRUZ, F. N. B. ; DAROIT, D. Fóruns participativos para coprodução de políticas públicas: o caso da lei orgânica da cultura do distrito federal. In: 9o Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2020, Campos dos Goytacazes. *Anais do 9o Coninter: Novo normal e pandemia: tecnologias, desigualdades e democracia*, 2020. v. 9. p. 1-15.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Formação estratégica: as políticas públicas a partir das práticas. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 10, n. 1, p. 47-63, 2011. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/638/528>

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R.R. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, 2013 [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2520/1/Livro\\_Conferencias\\_Nacionais-atores\\_din%3%a2micas\\_participativas\\_e\\_efetividade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2520/1/Livro_Conferencias_Nacionais-atores_din%3%a2micas_participativas_e_efetividade.pdf)

BRUGUÉ, Quim; CANAL, Ramón; PAYA, Palmira. ¿Inteligencia administrativa para abordar« problemas malditos»? El caso de las comisiones interdepartamentales. *Gestión y política pública*, v. 24, n. 1, p. 85-130, 2015.

- CALLON, Michel; RIP, Aire. Humanos, no humanos: moral de uma coexistência. In: THEYS, Jacques; KALAORA, Bernard (org). La Tierra Ultrajada: los expertos son formales. Fondo de Cultura Economica. Ciudad de Mexico, 1996. Pp. 111-123.
- CALLON, M., LASCOUMES, P., BARTHE, Y. Acting in an Uncertain World. An Essay on Technical Democracy. Cambridge: MIT Ed, 2009.
- COELHO, V.S. Uma metodologia para a análise comparativa de processos participativos: pluralidade, deliberação, redes e política de saúde. In: PIRES, R.R. (Org). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. On violence, intersectionality and transversal politics. *Ethnic and Racial Studies*, v. 40, n. 9, p. 1460-1473, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Identity politics, intersectionality, and violence against women. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CRUZ, Fernanda N.B. Desenvolvimento democrático em tempos incertos: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/63>
- CRUZ, Fernanda N.B.; DAROIT, Doriana. Dos nexos efêmeros ao fazer estado: ensaio sobre transversalidade em conferências nacionais de políticas públicas. *Nau Social*, v.8, n.15, p.103-124, 2017a.
- CRUZ, F.N.B.; DAROIT, D. Das vias para o desenvolvimento democrático: regimentos internos de conselhos de políticas públicas como instrumentos de ação pública transversal e participativa. *GIGAPP Estudos Working Papers*, n.67, p.231-254, 2017b.
- CRUZ, F.N.B.; DAROIT, D.; BORGES, Z.; LAISNER, R.C. Caminhos da ação pública transversal para o desenvolvimento democrático. In: ALMEIDA, L.S.B.; RODRIGUES, M.I.; SILVEIRA, R.M.C.; MELO, C.M.O. Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020.
- CRUZ, F. N. B.; SILVA, G.C.N. ; Damacena, R.G. ; CASTRO, N.V. . Instrumentos e dinâmicas da transversalidade: análise de instituições participativas de cultura, educação, gênero, geração, raça e assistência social. In: Anais do III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Natal: ANEPCP, 2019. <https://anepcp.org.br/acp/anaisenepcp>
- DAMACENA, Renan Gomes. Reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural: o novo regimento interno e a seleção digital para os novos representantes. Trabalho de Monografia em Gestão de Políticas Públicas. Brasília, Universidade de Brasília: 2020.
- DAROIT, Doriana. A controvérsia da soja transgênica no Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2003. Tese de doutorado em Administração. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- DAROIT, D.; CRUZ, F.N.B. Interpreting cross-cutting policy dynamics in contemporary Brazil – dialogic paths and new dilemmas. 4th International Conference on Public Policy (ICPP4), Montreal, 26 a 28 de junho, 2019.
- FOUCAULT, Michael. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Pp. 117-180.
- FUNG, Archon; COHEN, Joshua. Democracia radical. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 221-238, 2007.
- GURZA LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R.R. (Org). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- GUSSI, Alcides F; OLIVEIRA, Breyner R. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. *Desenvolvimento em Debate*, v.4, n.1, p.83-101, 2016.

HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. L'instrumentation de l'Action Publique. Paris: Presses de Science-Po, 2014.

HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsive and actionable discipline. *European Management Review*, v.2, p.36-47, 2005.

HOOD, Christopher C. The tools of government. New York: Macmillan Publishers Limited, 1983.

HOOD, C. C., MARGETTS, H.Z. The tools of government in the digital age. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrian. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 92, p. 105-121, Mar. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100007&lng=en&nrm=iso)  
Acesso em: 12 Mar. 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Valores públicos e a avaliação de políticas. *Nexo Jornal. Caderno Nexo Políticas Públicas*. São Paulo, 21 de Abril de 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Valores-p%C3%BAblicos-e-a-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas>

LABATUT, J., AGGERI, F., GIRARD, N. Discipline and Change: How Technologies and Organizational Routines Interact in New Practice Creation. *Organization Studies*, v.33, n. 1, p.39-69, 2012.

LAISNER, Regina Claudia. Evaluation and transversal public policies: race, gender and sexual diversity. IV International Conference on Public Policy, Panel T06-P05 Governance of Intersectoral Policies with the Population: Illusions and Reality. Montreal, 2019. Disponível em: <https://www.ippapublicpolicy.org/file/paper/5d141ed345c00.pdf>

LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. (Dir). *Gouverner par les Instruments*. Paris: Presses de Sciences Po, 2004.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.9, n.18, p.19-43, 2012.

LATOUR, Bruno. *La Science en action: introduction à la sociologie des sciences*. Paris: La Découverte, 2005.

LATOUR, Bruno. *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru:Edufba/Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. Onde está o poder? E quando o tivermos encontrado, o que fazer com ele? (Tradução por Igor Rolemberg) *Blog do Labemus*, 2020. [publicado em 27 de agosto de 2020]. Disponível em: [https://blogdolabemus.com/2020/08/27/onde-esta-o-poder-e-quando-o-tivermos-encontrado-o-que-fazer-com-ele/\(abrir em uma nova aba\)](https://blogdolabemus.com/2020/08/27/onde-esta-o-poder-e-quando-o-tivermos-encontrado-o-que-fazer-com-ele/(abrir%20em%20uma%20nova%20aba))

LAW, John. What's wrong with a one-world world. *Heterogeneities.net*, 2011. Disponível em: <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2011WhatsWrongWithAOneWorldWorld.pdf>

LINDER, S.H, PETERS, B.G.. Instruments of government: perceptions and contexts. *Journal of Public Policy*, v. 9, n. 1, p. 35-58, 1989.

LUCHMANN, L.H.H. Interfaces socioestatais e instituições participativas: dimensões analíticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 109, p. 13-49, Apr. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452020000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452020000100002&lng=en&nrm=iso)  
Acesso em: 20 março 2021.

MUKHERJEE, Ishani; BALI, Azad Singh. Policy effectiveness and capacity: two sides of the design coin. *Policy Design and Practice*, v. 2, n. 2, p. 103-114, 2019.

MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2018.

PIRES, R.R. et al. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. In: PIRES, R.R. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

PIRES, Roberto Rocha C (org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

ROMÃO, Wagner de Melo; MARTELLI, Carla Gandini Giani. Estudos sobre as instituições participativas: o debate sobre sua efetividade. *Pensamento & Realidade*, v. 28, n. 1, p. 124-143, 2013. Available at: <<http://hdl.handle.net/11449/124649>>.

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124649/ISSN2237-4418-2013-28-01-124-143.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 Mar. 2021.

RODRIGUES, Priscila O. *As transformações na rede de atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília. Dissertação. Brasília, 2020.

SALAMON, Lester M.; LUND, Michael S. *Beyond Privatization: The Tools of Government Action*. Washington, D.C.: Urban Institute Press, 1989.

SERRES, M. *Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

SILVA, Sandro Pereira. Processos Deliberativos em Políticas Sociais: Uma Análise da Efetividade Institucional de Conselhos Gestores a partir da Percepção de Seus Conselheiros. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 2, p. 427-448, 2020. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/36664/pdf>

SILVA, Sandro Pereira. *Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. (Texto para discussão, n.2358). Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180118\\_td\\_2358.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180118_td_2358.pdf)

VICK, Fernanda; LAVALLE, Adrian Gurza. É a política... A efetividade das conferências e seus mecanismos causais. *Opin. Publica, Campinas*, v. 26, n. 3, p. 556-586, Dec. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762020000300556&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762020000300556&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 14 Mar. 2021.

WAMPLER, B. Instituições participativas como “enxertos” na estrutura do Estado: a importância de contextos, atores e suas estratégias. In: PIRES, R.R. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R.R. (Org). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011a.